

**ACIC – ASSOCIAÇÃO,
EMPRESARIAL DE CRICIÚMA**

Criciúma - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Associados da **ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para a opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Os valores do ativo “Imobilizado” mantêm-se registrados pelos custos históricos, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens, em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº 162/98. Para o encerramento do exercício não foram aplicados os testes de recuperabilidade desses ativos, conforme NBC TG 1000 (R1), cujo reflexo contábil não é possível estimar.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 19 de maio de 2017.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA

Criciúma - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA** inscrita no CNPJ 83.663.203/0001-95, é uma associação, com fins não econômicos, fundada em 18 de junho de 1944, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 77, de 31 de maio de 1952, e pela Lei Estadual nº 716, de 02 de agosto de 1952.

A sede da ACIC está na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rua Ernesto Bianchini Góes, nº 91, bairro Próspera, CEP 88815-030, com jurisdição em todo o município de Criciúma, podendo receber em seu quadro associativo qualquer empresa sediada no território brasileiro.

São objetivos da Associação:

- 1) Congregar as pessoas jurídicas ou físicas que exerçam atividades empresariais na área de sua atuação;
- 2) Defender os interesses da classe empresarial e, em especial, os de seus associados, promovendo, também, todas as medidas favoráveis à defesa da livre iniciativa como base de todo desenvolvimento;
- 3) Promover o aprimoramento de técnicas empresariais;
- 4) Incentivar o espírito de solidariedade e intercâmbio entre as entidades congêneres e afins da região de Criciúma, orientando e promovendo a legítima representação da classe para a defesa de seus direitos e interesses;
- 5) Colaborar com o poder público no estudo e solução de problemas econômicos, financeiros e comunitários, incentivando o desenvolvimento de Criciúma;
- 6) Promover no país e no exterior o município de Criciúma e o sul do Estado, bem como os estabelecimentos, os produtos e serviços neles produzidos;
- 7) Manter intercâmbios e realizar convênios com entidades que lhe sejam afins, com empresas privadas e instituições educacionais e tecnológicas nacionais e internacionais;
- 8) Orientar seus associados em questões técnicas, administrativas e jurídicas;
- 9) Promover atividades de interesse da classe empresarial.

As demonstrações contábeis apresentadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Associação em 19 de maio de 2017.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como a Resolução CFC nº 1.409/12. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

B) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

C) MOEDA FUNCIONAL

A Administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.

D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual de investimentos, imobilizado, intangível e provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da entidade revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

E) AJUSTE A VALOR PRESENTE

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Resolução CFC nº 1.151/09.

F) SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS

Registram os valores recebidos por subvenções e ou doações, transitando pela Demonstração do Resultado do Exercício, conforme determinação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, bem como orientações da Resolução CFC nº 1.305/10 e 1.409/12.

NOTA 03 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacam-se:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de mensalidades a receber e adiantamentos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações: 25 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Móveis e Utensílios: 10 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 5 a 10 anos.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas do exercício" na demonstração do resultado.

C) FORNECEDORES

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços no mercado interno.

D) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, juntamente aos encargos correspondentes, devidos até a data do balanço, cujo vencimento se dará no período seguinte.

E) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Corresponde a tributos e contribuições, do período ou parcelados, administrados pela Secretaria da Receita Federal e Municipal, demonstrados por valores nominais, acrescidos dos encargos, quando devidos até a data do balanço.

F) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Trata-se de empréstimos contratados junto a instituições financeiras no Brasil, acrescidos de encargos correspondentes até a data do balanço.

G) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.

H) RECEITAS DIFERIDAS

Referem-se a subvenções recebidas através de recursos para custeio ou acréscimo patrimonial a serem reconhecidas como receita ao longo do período, em bases sistemáticas, como estabelece a Resolução CFC nº 1.305/10.

As subvenções para custeio são realizadas como receita a medida da geração das despesas a que se destinam, enquanto as subvenções patrimoniais são contabilizadas a medida da depreciação dos bens.

I) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência para a apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

NOTA 04 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentadas como demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes realizados foram:

- a) Outras Obrigações a Longo Prazo: nas contas fundo de reserva Acicard e Fundo de Reserva Cartões Prêmio, em 2014 ficou acertado entre Acicard e Sicred que o saldo desses fundos, a partir de julho de 2014, fossem considerados zerados. Desta forma, foi necessário baixar os valores do passivo, revertendo para receita, (Vide nota 18).
- b) Reconhecimento da dívida com Cartões em junho de 2014, decorrente das fraudes realizadas por usuários junto as credenciadas, lançando o montante em despesa, em contrapartida a conta de passivo não circulante, fundo de reserva Cartão Acicard. (Vide notas 12 e 18).
- c) Reconhecimento de receitas dos núcleos, referente ao ano de 2015 que foram conciliados e verificados somente em 2016, baixando os valores no passivo circulante Outras Obrigações, lançando em receitas de 2015. (Vide notas 10 e 18).
- d) Demais ajustes dos Cartões conciliados que estavam dentro do grupo Outra Obrigações, conforme mencionado na nota explicativa 18.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalência de Caixa	31/dez./2016	31/dez./2015
Caixa	1.634,43	909,35
Bancos	88.865,86	105.498,58
Aplicações financeiras	-	75.231,18
Total	90.500,29	181.639,11

NOTA 06 – MENSALIDADES A RECEBER

Mensalidades a receber	31/dez./2016	31/dez./2015
Mensalidades a receber	171.495,00	133.340,90
Total	171.495,00	133.340,90

NOTA 07 – DEVEDORES DIVERSOS

Devedores Diversos	31/dez./2016		31/dez./2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
RD Adm. Imóveis	-	-	-	-
Assinaturas Diversas	-	112,22	-	-
Iara Maria da Silva Gaidzinski	62.500,00	-	-	-
RD Adm. Imóveis	-	-	60.000,00	-
Setransc	86.666,64	79.444,50	86.666,64	158.888,92
Total	149.166,64	79.556,72	146.666,64	158.888,92

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos	31/dez./2016	31/dez./2015
Consulta de créditos	386,87	2.256,01
Certificados de origem/Fiesc	1.400,00	576,00
Recuperação de despesas	1.573,48	1.138,00
Inscrição cursos/seminários	4.100,00	1.800,00
Ocupação e utilidade	19.168,50	44.207,94
Repasse Junta Comercial	-	8.978,30
Fornecimento Cadastro	-	150,00
Fornecimento fotocópias	676,75	522,25
Recuperação despesas publicidade	8.737,66	15.874,00
Pat/ Util Card /Taxa Adm.	17.610,85	11.240,88
Patrocínio Premio Acicard	1.167,00	-
Recuperação desp. Condomínio	4.849,63	12.792,27
Comissão certificado digital	1.193,18	432,00
Boa Vista Serviços	16.346,18	7.148,13
Receita dos núcleos	16.820,00	7.505,00
Observatório Social	-	6.000,00
Cont. Projeto segurança	-	6.500,00
Comissões Cartão Premio	588,54	-
Comissões Acicard a Receber	8.848,21	-
Taxas Boletos e Taxas XML / Wifi	93,20	300,00
Cessão de Espaço Sala Comercial Fixo	3.155,22	-
Taxas Jucesc	1.324,00	-
Total	108.039,27	127.420,78

NOTA 09 - IMOBILIZADO

Apresenta a seguinte composição e movimentação em 2016:

Movimentação do Imobilizado - Exercício 2016					
IMOBILIZADO	Saldo em 31/dez./15	Aquisições	Baixas	Transf. (+/-)	Saldo em 31/dez./16
Terrenos	346.299,90	-	-	-	346.299,90
Edificações	8.762.667,39	-	-	104.394,68	8.867.062,07
Aparelhos e equipamentos	514.998,72	26.717,66	-	-	541.716,38
Veículos	67.326,57	33.594,87	(6.950,00)	-	93.971,44
Móveis e utensílios	548.201,80	85.475,70	-	-	633.677,50
Máquinas p/ escritório	1.013,23	-	-	-	1.013,23
Outros aparelhos e equipamentos	61.982,44	-	-	-	61.982,44
Instalações	312.597,49	11.200,00	-	-	323.797,49
Reformas em andamento	122.781,43	8.933,25	(27.320,00)	(104.394,68)	-
TOTAL	10.737.868,97	165.921,48	(34.270,00)	104.394,68	10.869.520,45
-					
DEPRECIACÕES	Saldo em 31/dez./15	Depreciações	Baixas	Transf. (+/-)	Saldo em 31/dez./16
Edificações	(824.079,66)	(353.638,50)	-	-	(1.177.718,16)
Aparelhos e equipamentos	(288.544,68)	(50.870,38)	-	-	(339.415,06)
Veículos	(28.945,93)	(15.181,84)	6.950,00	-	(37.177,77)
Móveis e utensílios	(223.086,73)	(54.815,88)	-	-	(277.902,61)
Máquinas p/ escritório	(590,83)	(83,19)	-	-	(674,02)
Outros aparelhos e equipamentos	(19.850,43)	(5.275,44)	-	-	(25.125,87)
Instalações	(120.944,94)	(31.391,53)	-	-	(152.336,47)
TOTAL	(1.506.043,20)	(511.256,76)	6.950,00	-	(2.010.349,96)
-					
TOTAL DO IMOBILIZADO	9.231.825,77	(345.335,28)	(27.320,00)	104.394,68	8.859.170,49

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Dentro do grupo Obrigações Sociais, consta a conta contábil Obrigações com os Núcleos, que ao final de 2015 encerrou com saldo de R\$ 41.717,96. Porém, no exercício de 2016 foi realizado as devidas conciliações e constatado que saldos registrados nesta rubrica se referiam a receitas da atividade Acic, sendo ajustados corretamente contra resultado.

Vejamos os novos números deste grupo de contas, agora representados:

Outras Sociais	31/dez./2016	31/dez./2015
Facisc	42,30	3.214,90
Convenio Uniodonto	406,80	406,80
Unimed	-	6.135,95
Total	449,10	9.757,65

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras no Brasil, cujas parcelas reconhecidas como exigibilidades circulantes são as que vencem até 31/dez/2017, acrescidos de encargos até a data do balanço, e são assim identificados:

Empréstimos e Financiamentos	31/dez./2016		31/dez./2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BRDE - Financiamento	547.967,57	1.756.801,70	573.518,67	2.027.103,69
Total	547.967,57	1.756.801,70	573.518,67	2.027.103,69

Em garantia ao financiamento tomado junto ao BRDE, foram dados os seguintes bens imóveis:

Descrição	Matrícula	Avaliação
Restaurante - Bloco A	99.451,00	680.000,00
Operação ACIC - Bloco A	99.465,00	1.400.000,00
Sala nº 111 - Bloco A	99.462,00	230.000,00
Sala de eventos - Bloco C	99.493,00	1.400.000,00
Total		3.710.000,00

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Registra-se nessas contas as operações dos conveniados e credenciados, que tem ligações com essas operações de cartões. Os conveniados são empresas que adquirem o convênio para seus funcionários. Os Credenciados são os comércios cadastrados para venda dos produtos. A Convicard é a responsável pela parte de informatização dos sistemas. A Sicred é a empresa administradora dos recursos, recebimentos dos conveniados e repasse aos credenciados. E a Facisc administra os cartões pré-pagos:

Pat – Alimentação (Restaurantes e Supermercado);

Pat – Refeição (Somente Restaurantes);

Acicard – Normal;

Acicard – Premium.

Vejamos o saldo dessas contas ao final do exercício de 2016:

Outras Obrigações Curto Prazo	31/dez./2016	31/dez./2015
Seguros a pagar	1.137,60	1.087,19
Celelesc Distribuidora S/A	-	9.107,71
Outras Entidades / Repasse Comissão	1.427,49	4.498,86
Serviços de terceiros	-	9.510,00
Credenciada Acic Pat/Util	300,19	2.667,60
PAT a devolver/Sicredi W1	87.814,42	152.316,09
Sicredi/Cartão prêmio a devolver W1	73.651,55	98.401,59
Sicredi/Util refeição a devolver	-	23,27
Total	164.331,25	277.612,31
Outras Obrigações Longo Prazo	31/dez./2016	31/dez./2015
Fundo de Reserva Acicard	1.270,58	31.136,31
Total W2	1.270,58	31.136,31

W1 – Valores a devolver para as empresas referente aos reembolsos de saldos de funcionários já demitidos.

Em 2016 a FACISC ficou responsável por administrar esses recursos e somente após 180 dias ela repassa o dinheiro das empresas que tem saldos a resgatar.

W2 – Percentual mínimo cobrado em cima das mensalidades, onde mensalmente são recebidos em banco (ativo circulante), e a contrapartida é manter o fundo para eventualidades como fundo fixo no passivo não circulante.

Os valores recebidos de Fundo de Reserva e do Cartão Acicard e Cartão Prêmio, a partir de julho de 2014, foram utilizados para amortizações dos valores decorrentes de fraudes ocorridas por usuários de cartão junto as credenciadas, que totalizaram um montante de dívida no valor de R\$ 83.616,26, sendo amortizados nos anos de 2014 a 2016 o total de R\$ 82.345,68, restando um saldo a pagar de R\$ 1.270,58.

NOTA 13 – RECEITAS DIFERIDAS

Subvenção estadual com fundos do Funturismo/SC no valor de R\$ 1.000.000,00 para construção dos novos blocos da Associação, sendo registrado sua receita com base na depreciação dos imóveis construídos, como determina a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Resolução CFC nº 1.305/2010.

Os Blocos foram concluídos para uso em 19/12/2016.

Receitas diferidas	31/dez./2016	31/dez./2015
Saldo inicial	998.602,15	1.000.000,00
Realização da Depreciação	(40.000,00)	(1.397,85)
Saldo final	958.602,15	998.602,15

A receita diferida será reconhecida no resultado durante a vida útil do ativo depreciable em contrapartida à depreciação registrada como despesa no resultado.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social positivo, no valor de R\$ 3.349.939,12 (três milhões, trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e doze centavos), é resultante do Patrimônio Social, somados ao superávit ou déficits de períodos anteriores a ele incorporados.

Durante o exercício de 2016 a entidade apresentou um superávit de R\$ 11.083,11 (onze mil e oitenta e três reais e onze centavos).

NOTA 15 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais	31/dez./2016	31/dez./2015
Inscrição Cursos/Palestras	168.045,75	202.478,67
Comissões Acicard	131.303,24	283.259,02
Comissões PAT	195.506,25	214.567,47
Ocupação e Utilidade	422.978,74	440.841,16
Certificado Dig. Comissão	196.507,53	216.013,45
Consultas de Crédito	164.558,22	125.774,17
Receitas dos Núcleos	137.883,23	41.717,96
Taxas Jucesc	64.717,00	-
Revista Site Acic / Anúncios	48.404,66	-
Recuperação despesas Condomínio / Recepção	40.434,42	-
Cessão de Espaço Fixo	37.073,52	-
Certificados de origem	34.762,10	-
Recup.de despesas Condomínio/ Serviços Limpeza	24.416,48	-
Recuperação despesas JUCESC / Convênio	23.300,75	-
Outras Receitas	88.180,35	292.978,34
Recuperação despesas Cartões Acic	29.865,73	-
Recuperação despesas Fundo Acicard	-	32.878,17
Receita Cartão de Credito Expirados	221.061,56	-
Total	2.028.999,53	1.850.508,41

NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	31/dez./2016	31/dez./2015
Receitas Financeiras	15.822,52	36.347,34
Rendimentos s/ aplicações	9.063,32	25.856,84
Juros e multas	2.376,60	2.913,14
Descontos obtidos	601,85	7.361,84
Variações mon. Ativas	3.780,75	215,52
Despesas Financeiras	(319.076,83)	(312.437,44)
Descontos concedidos	(3.827,59)	(2.102,91)
Juros e multas	(283.404,18)	(284.151,67)
Taxas e tarifas bancárias	(31.845,06)	(26.182,86)
Total	(303.254,31)	(276.090,10)

NOTA 17 – SEGUROS

Ao final do exercício, a empresa mantinha contratados seguros sobre seus ativos móveis, com coberturas julgadas suficientes em caso de eventuais sinistros.

NOTA 18 – AJUSTES CONTÁBEIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - REAPRESENTAÇÃO

Em 2016 foram realizados ajustes contábeis de exercícios anteriores, que totalizaram um montante de R\$ 138.039,18. Sendo lançados como ajuste do exercício anterior em:

- Em 2014 o montante de R\$ 67.938,33.

- Em 2015 o montante de R\$ 70.100,85.

Refletindo nas demonstrações contábeis, conforme vejamos a seguir. Ajustes em contas de Passivo, que refletem nos resultados:

Descrição	2014	2015
Receitas	151.554,59	77.475,13
Ajuste de Fundo, após reconhecido saldo zero (Receita) W1	127.739,10	-
Ajuste de Fundo, após reconhecido saldo zero (Receita) W1	4.213,71	-
Recup. Desp. Fundo Acicard (Receita) W2	19.601,78	32.878,17
Receitas dos Núcleos (Receita) W4	-	41.717,96
Credores Diversos Funcionários, Cartão (Receita) W5	-	2.879,00
Despesas	(83.616,26)	(7.374,28)
Despesas Com Dívida Acicard W3	(83.616,26)	-
Ajuste do Fundo Permutado (despesa) W6	-	(7.374,28)
Efeito no Resultado de Exercícios Anteriores	67.938,33	70.100,85

Exercício de 2014:

W1 – Valores referentes a ajustes de saldos das contas dos Fundos de Reserva Cartão Acicard e Cartão Prêmio (passivo não circulante), que em junho de 2014, ficaram constatados entre Acic e Sicred que se considerassem os saldos zerados para junho de 2014, conforme documento assinado entre as partes. Assim, foram constituídos os lançamentos de zeramento dos saldos no passivo, gerando a respectiva receita, sendo lançados no grupo de contas Outras Receitas Operacionais.

W2- Ajustes de Receitas dos fundos de Reserva Cartão Acicard e Cartão Prêmio, que foram escrituradas em 2014 no Passivo Circulante e posteriormente lançados como receita nas respectivas competências, anulando o efeito da dívida escriturada em 2014, sendo lançados no grupo de contas Outras Receitas Operacionais.

W3 – Foram realizados em 2016, ajustes no exercício de 2014 conforme nota explicativa nº 12, referente reconhecimento da dívida com cartões no valor de R\$ 83.616,26. Sendo lançados no grupo de contas Despesas Gerais e Administrativas.

Exercício de 2015:

W2- Ajustes de Receitas dos fundos de Reserva Cartão Acicard e Cartão Prêmio, que foram escrituradas em 2015 no Passivo Circulante e posteriormente lançados como receita nas respectivas competências, anulando o efeito da dívida escriturada em 2014, sendo lançados no grupo de contas Outras Receitas Operacionais.

W4 – Receita dos núcleos não reconhecidas em 2015 e regularizada em conformidade com as conciliações de 2016, sendo lançados no grupo de contas Outras Receitas Operacionais.

W5 – Saldo de cartões de funcionários, que em 2015 deveriam ser reconhecidos como receita e foram conciliados somente em 2016, sendo lançados no grupo de contas Outras Receitas do Exercício.

W6 – Ajuste do fundo permutado com a dívida, que deveria ser lançado como despesa em 2015 e reconhecido após a conciliação em 2016, sendo lançados no grupo de contas Despesas Gerais e Administrativas.

NOTA 19 – CONTINGÊNCIAS

Encontram-se em andamento processos movidos onde a ACIC é a autora, que com base nas informações individuais dos respectivos processos, divulgados pela assessoria jurídica, somam R\$ 150.108,97 conforme segue:

Chance de Perda	Valor
Provável	11.342,75
Possível	138.766,22
Total	150.108,97